

EMENTA	
Área temática	V - Papiloscopia
Disciplina	1 - Introdução à papiloscopia
Módulo	c - A importância da papiloscopia na investigação policial
Código	V.1.c
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo a capacidade de: compreender as possibilidades e limitações das técnicas de identificação em papiloscopia; demandar os serviços prestados pelo Instituto de Identificação que colaborem no âmbito da polícia judiciária; reconhecer a importância desses serviços na determinação da identidade de pessoas em investigações policiais.</p>	
Carga horária recomendada: 10 horas	
<p>Descrição</p> <p>Com o aumento da complexidade da sociedade verifica-se também um consequente aumento da dependência de normas de direito para regular a ação de seus membros. A Ciência Forense é a aplicação da ciência, pela valência do conhecimento e da tecnologia, ao direito (SAFERSTEIN, 2007).</p> <p>Nas ciências forenses os debates concentram-se em questões como a acreditação, que visa à garantia de objetividade científica e eficiência para orientar os processos de coleta, análise, interpretação e documentação de provas forenses (RIBAUX; WALSH; MARGOT, 2006). A Criminalística, por sua vez, é a área das Ciências Forenses cujo principal objetivo é auxiliar as agências de aplicação da lei na luta contra o crime, de forma técnica, desde o acompanhamento na investigação de infrações penais e até o seu julgamento (SHEVCHUK, 2020).</p> <p>A investigação de uma cena de crime, por exemplo, é baseada no raciocínio científico, de forma lógica, metódica e sistemática. Deste modo, o reconhecimento, documentação, coleta, preservação, interpretação e reconstrução de evidências físicas relevantes compreendem tarefas cujo objetivo é fornecer informações úteis para subsidiar a investigação criminal. A utilização do conhecimento científico, em conjunto com as técnicas forenses de exame de evidências físicas, corrobora com a condução das investigações e fornece informações úteis para a elucidação do crime (LEE; PAGLIARO, 2013).</p> <p>Apesar de existirem muitas evidências de grande potencial elucidativo, verifica-se que processos forenses ainda estão mal integrados na análise do crime e na sua investigação (RIBAUX; WALSH; MARGOT, 2006). Muitos casos deixam de ser solucionados devido à falta de provas físicas, enquanto, em outros casos, pessoas inocentes são processadas, ou até presas, em decorrência de identificação incorreta por testemunhas ou de uso indevido de provas forenses. E apesar de teoricamente ser possível que se cometa um crime quase perfeito, com evidências mínimas deixadas pelo perpetrador, o mais provável, na realidade, é que os vestígios críticos nunca tenham sido encontrados ou reconhecidos (LEE; PAGLIARO, 2013).</p> <p>Assim, é inquestionável a importância do trabalho dos papiloscopistas policiais dado que os mesmos visualizam e comprovam a existência de vestígios papilares nas cenas de crime e possibilitam a individualização e a identificação dessas pessoas, orientando de forma fundamental as teses de investigação.</p>	
Objetivo	

Criar condições para que o policial civil possa:

- ampliar conhecimentos para compreender as possibilidades e limitações das técnicas e ferramentas utilizadas em papiloscopia na investigação policial; e entender a carta de serviços prestados aos “clientes internos” e a outras instituições;
- desenvolver e exercitar habilidades para demandar e utilizar, de maneira assertiva, os serviços prestados pelo Instituto de Identificação nas investigações policiais;
- fortalecer atitudes para reconhecer a importância do uso das ferramentas e serviços prestados pela papiloscopia na Polícia Civil, determinantes na elucidação de identidades na investigação policial.

Conteúdo Programático

1 - Noções de Criminalística

1.1 - Investigação criminal cartorária

1.2 - Investigação criminal técnico-científica

1.2.1 - Princípios fundamentais

1.2.1.1 - Princípio da Observação

1.2.1.2 - Princípio da Análise

1.2.1.3 - Princípio da Descrição

1.2.1.4 - Princípio da Interpretação

1.2.1.5 - Princípio da Documentação

1.2.2 - Conceitos básicos

1.2.2.1 - Corpo de delito

1.2.2.2 - Vestígio

1.2.2.3 - Evidência

1.2.2.4 - Indício

1.2.3 - Autoridades competentes para requisição de exames

2 - A Papiloscopia na investigação policial técnico-científica

2.1 - Normativas da atuação do papiloscopista policial

2.1.1 - Lei nº 14.657, de 8 de janeiro de 2004

2.1.2 - Decreto nº 6.119, de 8 de abril de 2005

2.1.3 - Jurisprudências

2.2 - Carta de Serviços ao “Cliente Interno” e a Outras Instituições

2.2.1 - Requerimento externo de Carteira de Identidade

2.2.2 - Identificação civil externa

2.2.3 - Emissão de cópia de Prontuário Civil

2.2.4 - Exame de autenticidade de Carteira de Identidade supostamente emitida em Goiás

2.2.5 - Identificação necropapiloscópica

2.2.6 - Reconstituição facial e corporal (Cadáveres)

2.2.7 - Busca ativa por pessoas desaparecidas e localização de famílias

2.2.8 - Confecção de Retrato Falado Facial e Corporal (presencial ou virtual)

2.2.9 - Projeção de idade e de disfarces

2.2.10 - Composição facial a partir de fotografias e vídeos

2.2.11 - Exame de Comparação Facial por Imagens (prosopográfico)

2.2.12 - Análise de Perfil de Identificação Fragmentado (PIF)

2.2.13 - Reconhecimento facial através de ferramenta de inteligência artificial

2.2.14 - Identificação Criminal

2.2.15 - Emissão de Antecedentes Criminais

2.2.16 - Busca e levantamento papiloscópico em locais de crime
2.2.17 - Exames Papiloscópicos em laboratório de materiais apreendidos em locais de crime
2.2.18 - Pesquisa e cadastro de fragmentos de impressões digitais no sistema AFIS da Polícia Civil de Goiás
2.2.19 - Pesquisa e cadastro de fragmentos de impressões digitais no sistema AFIS da Polícia Federal

Bibliografia indicada

SIEGEL, Jay A.; SAUKKO, Pekka J. **Encyclopedia of forensic sciences**. Academic Press, 2013.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

LEE, Henry C.; PAGLIARO, Elaine M. Forensic evidence and crime scene investigation. **Journal of Forensic Investigation**, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2013.

SAFERSTEIN, Richard. **Criminalistics: An introduction to forensic science**. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2007.

SHEVCHUK, V. Scientific prerequisites for the formation of criminalistic innovation and some prospective directions of its development. **InterConf**, 2020.

MORGAN, Ruth M. Conceptualising forensic science and forensic reconstruction. Part I: a conceptual model. **Science & Justice**, v. 57, n. 6, p. 455-459, 2017.

PASSOS, Andréa da Silveira et al. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. **Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília**, 2014.

RIBAUUX, Olivier; WALSH, Simon J.; MARGOT, Pierre. The contribution of forensic science to crime analysis and investigation: forensic intelligence. **Forensic science international**, v. 156, n. 2-3, p. 171-181, 2006.